



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

031. PROVA OBJETIVA

FARMACÊUTICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **04**:

Mundo pouco

O amo de Fabiana Crioula morreu em 1618, em Lima. Em seu testamento, rebaixou-lhe o preço da liberdade, de duzentos a cento e cinquenta pesos.

Fabiana passou toda a noite sem dormir, perguntando-se quanto valeria a sua caixa de madeira cheia de canela em pó. Ela não sabe somar, de modo que não pode calcular as liberdades que comprou, com seu trabalho, ao longo do meio século que leva no mundo, nem o preço dos filhos que fizeram nela e depois arrancaram dela.

Nem bem desponta a alvorada, acode o pássaro a bater na janela com o bico. Cada dia, o mesmo pássaro avisa que é hora de despertar e andar.

Fabiana boceja, senta na esteira e olha os pés gastos.

(Eduardo Galeano, *Mulheres*)

01. Os elementos textuais levam a inferir que o narrador

- (A) afirma que Fabiana, vendendo a canela em pó, amealhou os recursos financeiros de que precisava para comprar sua liberdade.
- (B) sugere que as circunstâncias impostas à vida da escrava não seriam levadas em conta no cômputo das liberdades compradas.
- (C) acredita que o rebaixamento do preço da liberdade de Fabiana foi uma medida de justiça praticada por seu amo.
- (D) relata uma rotina nova para Fabiana, que pode, finalmente, desfrutar de sua liberdade em contato com a natureza.
- (E) expõe as limitações intelectuais da escrava, que é incapaz de verificar se as contas feitas por seu amo estão corretas.

02. O pronome “lhe” expressa a noção de posse em “...rebaixou-lhe o preço da liberdade”, tal como ocorre com o termo destacado no trecho reescrito em:

- (A) ... perguntando-se quanto **lhe** renderia a sua caixa... (2º parágrafo)
- (B) ... o preço dos filhos que **lhe** fizeram... (2º parágrafo)
- (C) ... e depois **lhe** arrancaram. (2º parágrafo)
- (D) ... bater-**lhe** na janela com o bico. (3º parágrafo)
- (E) ... avisa-**lhe** que é hora de despertar e andar. (3º parágrafo)

03. Na passagem “Ela não sabe somar, **de modo que** não pode calcular as liberdades que comprou...”, a expressão destacada estabelece relação de sentido de

- (A) consequência e pode ser substituída por “de sorte que”.
- (B) modo e pode ser substituída por “de assim que”.
- (C) explicação e pode ser substituída por “pois”.
- (D) causa e pode ser substituída por “porque”.
- (E) condição e pode ser substituída por “desde que”.

04. Assinale a alternativa que expressa adequadamente o significado da seguinte passagem:

“Nem bem desponta a alvorada, acode o pássaro a bater na janela com o bico.” (3º parágrafo)

- (A) Assim que surge o dia, o pássaro ajuda a bater na janela com o bico.
- (B) Quando se vai a manhã, surge o pássaro a bater na janela com o bico.
- (C) Ao declinar o sol, vem o pássaro a bater na janela com o bico.
- (D) Mal raia o dia, acontece o pássaro a bater na janela com o bico.
- (E) Ainda não nasce a aurora, socorre o pássaro a bater na janela com o bico.

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões **05** e **06**:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

05. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

06. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **07** a **12**:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

07. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.
- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
 - (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
 - (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
 - (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
 - (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.
08. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de
- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
 - (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
 - (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
 - (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
 - (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.
09. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.
- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
 - (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
 - (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
 - (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
 - (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.
10. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:
- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
 - (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
 - (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
 - (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
 - (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...
11. Observe o emprego das aspas nas passagens:
- ... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)
- ... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)
- É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de
- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
 - (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
 - (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
 - (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
 - (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.
12. Considere as seguintes passagens:
- ... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)
- ... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)
- ... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)
- Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.
- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
 - (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
 - (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
 - (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
 - (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

13. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

14. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

15. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância nominal é:

- (A) A jovem espera que, com a digitalização, sua petição na justiça tramite rápida.
- (B) A jovem recorreu à justiça e apresentou anexo farta documentação para exame.
- (C) A jovem recorreu à justiça, pois teve pedido de reconsideração e recurso à banca indeferidos.
- (D) A jovem foi surpreendida com o parecer emitido pela banca, infundada, segundo ela.
- (E) A jovem diz ter bastante motivos para recorrer à Justiça, que pode mudar sua situação.

16. Durante reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS), discutia-se a aprovação do plano municipal de saúde e a utilização dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao município. Um profissional da Secretaria Municipal de Saúde afirmou que o conselho possui apenas função consultiva e que a gestão municipal pode decidir sozinha sobre a aplicação dos recursos. Com base na Lei Federal nº 8.142/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O CMS possui caráter apenas consultivo, cabendo ao gestor municipal decidir sobre o plano de saúde e a aplicação dos recursos.
- (B) A transferência regular de recursos financeiros da União ao município depende da existência de um CMS com caráter deliberativo e composição paritária.
- (C) Os recursos transferidos ao município podem ser aplicados livremente pelo gestor, independentemente de apreciação pelo CMS.
- (D) A participação de trabalhadores da saúde no CMS é vedada, por se tratar de órgão composto exclusivamente por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) A conferência municipal de saúde é responsável pela aprovação do plano municipal de saúde, cabendo ao CMS apenas executar as decisões tomadas.

17. O sistema de saúde brasileiro, como política pública social, fundamenta-se na compreensão de que a saúde é direito de cidadania e dever do Estado. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) visa primordialmente a

- (A) garantir o acesso universal e equitativo às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito da seguridade social.
- (B) priorizar o atendimento gratuito à população de baixa renda, direcionando, sempre que possível, os demais cidadãos para o setor privado.
- (C) focalizar os recursos públicos no tratamento de doenças de alta complexidade, delegando a atenção básica ao terceiro setor.
- (D) subordinar a assistência à saúde à capacidade contributiva individual prévia de cada cidadão.
- (E) transferir aos municípios a responsabilidade exclusiva pelo financiamento e pela execução das ações básicas de saúde.

18. Durante a análise de um contrato de prestação de serviços entre o município e uma Santa Casa local, gestores da Secretaria Municipal de Saúde discutem as condições para a participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com os dispositivos constitucionais sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A participação da iniciativa privada no SUS pode ocorrer independentemente de contrato ou convênio, desde que a instituição comprove capacidade técnica para prestar os serviços.
 - (B) A atuação complementar da iniciativa privada no SUS depende apenas da demonstração de insuficiência da rede pública para atender às necessidades assistenciais da população.
 - (C) Os recursos públicos destinados à assistência à saúde devem ser direcionados prioritariamente às instituições privadas sem fins lucrativos, sendo vedado qualquer repasse a entidades com fins lucrativos.
 - (D) As instituições privadas com fins lucrativos podem participar do SUS em igualdade de condições com as entidades filantrópicas, inclusive quanto à preferência para celebração de contratos e convênios.
 - (E) As instituições privadas poderão participar do SUS de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio, com preferência para as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.
19. Um profissional da rede municipal de saúde atende, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um trabalhador de uma fábrica de baterias automotivas que relata episódios frequentes de dores abdominais e fraqueza muscular. Diante da suspeita de saturnismo (intoxicação crônica por chumbo) relacionado à exposição ocupacional, a equipe discute as medidas a serem adotadas. Considerando as competências da Vigilância em Saúde e da Saúde do Trabalhador previstas na Lei Federal nº 8.080/1990, é correto afirmar que
- (A) o atendimento deve restringir-se ao tratamento clínico do paciente, pois as ações relacionadas à vigilância de agravos ocupacionais são de competência exclusiva dos órgãos trabalhistas.
 - (B) a notificação do caso ao setor de vigilância depende da comprovação de incapacidade financeira da empresa para custear exames complementares.
 - (C) o caso deve ser notificado ao sistema de vigilância epidemiológica, cabendo ao SUS desenvolver ações de saúde do trabalhador, inclusive quanto à informação, ao trabalhador e ao respectivo sindicato, sobre os riscos presentes nos ambientes de trabalho.
 - (D) a suspeita do agravo autoriza qualquer profissional de saúde do SUS a determinar, individualmente, a interdição imediata do estabelecimento.
 - (E) a investigação diagnóstica e a avaliação da relação entre doença e trabalho são atribuições exclusivas da saúde suplementar e da Previdência Social.
20. Após análise dos indicadores do território, uma Unidade Básica de Saúde decidiu reorganizar seu processo de trabalho para superar o modelo assistencial centrado na demanda espontânea e na lógica da queixa conduzida. A proposta baseou-se nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira e da Vigilância em Saúde. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente a conduta alinhada a essa proposta.
- (A) Planejar as ações da UBS a partir do perfil epidemiológico do território, integrando vigilância, promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento longitudinal de condições crônicas, com atuação interdisciplinar e territorial.
 - (B) Priorizar o atendimento de urgências e emergências na UBS, com fluxo rápido para regulação de casos graves, deixando as ações coletivas e de monitoramento sob responsabilidade exclusiva da Vigilância Epidemiológica municipal.
 - (C) Substituir o acompanhamento clínico individual contínuo por campanhas educativas periódicas e ações coletivas pontuais, considerando prioritárias as ações coletivas em relação ao acompanhamento longitudinal.
 - (D) Centralizar as atividades da equipe na assistência curativa individual, mantendo as ações de vigilância, análise de dados e promoção da saúde como atribuições restritas aos níveis secundário e terciário do sistema.
 - (E) Reduzir o escopo da Vigilância em Saúde à notificação compulsória de doenças transmissíveis e ao monitoramento de surtos, sem articulação com as demais ações assistenciais ou de promoção da saúde na atenção básica.
21. Em uma Região de Saúde, a equipe de planejamento identificou barreiras de acesso e descontinuidade assistencial a pacientes crônicos de alta complexidade na transição entre a atenção básica e os serviços especializados. Para estruturar as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e assegurar o acesso adequado a esses pontos de atenção, a gestão local deve pautar suas ações na diretriz que preconiza a
- (A) centralização das decisões clínicas na atenção terciária como polo coordenador do cuidado.
 - (B) integração vertical de serviços associada a sistemas de apoio logístico e de governança regional.
 - (C) fragmentação dos fluxos assistenciais para garantir a autonomia financeira de cada ponto da rede.
 - (D) exclusividade do acesso à média complexidade por meio de demanda espontânea e direta do usuário.
 - (E) independência funcional das unidades básicas em relação aos serviços de apoio diagnóstico.

22. Em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a equipe observa aumento no tempo de espera para atendimento da demanda espontânea, com queixas frequentes dos usuários e dificuldades na organização do fluxo assistencial. Durante reunião, a coordenação propõe medidas alinhadas à Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), com foco no acolhimento com classificação de risco, uma dessas medidas deve ser
- (A) encaminhar automaticamente os casos excedentes para os serviços de urgência da região, priorizando a redução do fluxo interno da unidade.
 - (B) reservar os horários da manhã para demanda espontânea e os da tarde para consultas agendadas, sem sobreposição entre os fluxos.
 - (C) estruturar fluxos de escuta qualificada e avaliação das necessidades dos usuários, considerando critérios de vulnerabilidade e gravidade, com participação integrada da equipe.
 - (D) atribuir aos profissionais administrativos a responsabilidade exclusiva pela definição da prioridade dos atendimentos, mantendo os profissionais de saúde restritos às consultas.
 - (E) definir a sequência dos atendimentos exclusivamente pela ordem de chegada dos usuários, para padronizar o acesso ao serviço.
23. Em um município de médio porte, a equipe de vigilância em saúde observou que, nos últimos cinco anos, a taxa de mortalidade infantil caiu de 14 para 8 óbitos por mil nascidos vivos. No mesmo período, a cobertura vacinal infantil permaneceu acima de 95% e a proporção de domicílios com acesso à água tratada aumentou significativamente. É correto afirmar que, considerando os indicadores de nível de saúde da população, a
- (A) mortalidade infantil expressa exclusivamente a qualidade da assistência hospitalar prestada às crianças menores de um ano.
 - (B) cobertura vacinal configura-se como um indicador meramente administrativo, sendo irrelevante para a avaliação direta das condições de vida e saúde da população.
 - (C) análise dos indicadores de saúde deve restringir-se aos eventos de morbidade e mortalidade, sem considerar fatores sociais ou assistenciais.
 - (D) redução observada na mortalidade infantil permite deduzir, de forma isolada, que todos os demais indicadores de saúde do município apresentaram evolução positiva.
 - (E) análise integrada de indicadores demográficos, epidemiológicos, assistenciais e socioambientais é fundamental para a avaliação das condições de saúde e da evolução do perfil sanitário de uma população.
24. Um município observou aumento progressivo dos casos de sífilis congênita, nos últimos anos, apesar da disponibilidade de testes rápidos na atenção básica. A análise epidemiológica mostrou que muitas gestantes iniciavam tratamento apenas no final da gestação e que os parceiros sexuais frequentemente não eram tratados. De acordo com a história natural da doença e com os níveis de prevenção de Leavell e Clark, é correto afirmar que
- (A) o início tardio do tratamento das gestantes caracteriza falha nas ações de prevenção primária, devendo ser priorizada a imunização da população em idade fértil.
 - (B) a realização de testes rápidos no momento do parto constitui medida de prevenção primária, por reduzir o risco de transmissão vertical durante a gestação.
 - (C) o tratamento da gestante infectada e de seus parceiros corresponde à prevenção terciária, voltada à redução das sequelas e à reabilitação dos indivíduos acometidos.
 - (D) o diagnóstico precoce durante o pré-natal e o tratamento oportuno da gestante e dos parceiros integram ações de prevenção secundária, com objetivo de interromper a evolução do agravo.
 - (E) as atividades educativas sobre infecções sexualmente transmissíveis dirigidas à população jovem caracterizam medidas de prevenção terciária, por atuarem sobre complicações tardias da doença.
25. O Decreto Federal nº 7.508/2011 regulamenta a Lei nº 8.080/1990 e estabelece instrumentos para a organização e o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do disposto nesse decreto, é correto afirmar que
- (A) o Mapa da Saúde tem como finalidade principal identificar a distribuição geográfica dos hospitais federais no território nacional.
 - (B) a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) pode incluir ações e serviços sem comprovação científica, desde que haja demanda de entidades representativas de pacientes.
 - (C) os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) impedem que Estados e Municípios adotem medidas complementares relacionadas à assistência terapêutica.
 - (D) a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é instância de pactuação entre gestores federal, estaduais e municipais, atuando na definição de diretrizes para a organização das redes de atenção à saúde e na articulação interfederativa do SUS.
 - (E) a articulação interfederativa no SUS dispensa pactuação de responsabilidades entre os entes federativos, pois essas atribuições já estão integralmente definidas na Constituição Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Nos termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas atualizações, assinale a alternativa correta sobre a Assistência Terapêutica e Incorporação de Tecnologia em Saúde.

- (A) Os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas do câncer deverão, obrigatoriamente, incluir a utilização de imunoterapia, por se tratar de estratégia terapêutica efetiva.
- (B) Na falta de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, a dispensação no âmbito municipal será baseada nas relações de medicamentos instituídas pelos gestores federais do SUS.
- (C) O relatório da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS levará em consideração, entre outros aspectos, a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas, inclusive no que se refere aos atendimentos domiciliar, ambulatorial ou hospitalar, quando cabível.
- (D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, excluindo, assim, o dever das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.
- (E) Os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) são reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito federal, para tratar de matérias referentes à saúde.

27. De acordo com a Lei nº 12.401 de 2011 e suas atualizações, como a Lei nº 15.120 de 2025, que alteram a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS, assinale a alternativa correta.

- (A) A CONITEC contará com a participação de um representante indicado pelo Conselho Nacional de Saúde e de um representante, especialista na área, indicado pelo Conselho Federal de Medicina ou Conselho Federal de Farmácia.
- (B) Em casos de perda de eficácia, intolerância ou reação adversa ao medicamento de primeira escolha, a segunda escolha deverá ser definida pelo profissional de saúde, com base em sua avaliação clínica, independentemente dos Protocolos e Diretrizes Clínicas Terapêuticas vigentes.
- (C) São produtos de interesse para a saúde as órteses, próteses, bolsas coletoras, sondas, os equipamentos médicos e medicamentos.
- (D) É vedada em todas as esferas de gestão do SUS a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa.
- (E) A incorporação, a exclusão ou a alteração de medicamentos, produtos e procedimentos no SUS deve ser realizada de forma descentralizada, sendo responsabilidades dos gestores estaduais ou municipais de saúde.

28. Com base na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas atualizações, as ações e os serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o SUS devem obedecer a determinados princípios.

Assinale a alternativa que corresponde a um desses princípios.

- (A) Preservação da autonomia dos profissionais da saúde na defesa de sua integridade física e moral.
- (B) Participação da comunidade mediante autorização do gestor de saúde.
- (C) Descentralização político-administrativa, com ênfase na descentralização dos serviços para os estados.
- (D) Utilização da epidemiologia para a organização de campanhas educativas e a definição de condutas terapêuticas.
- (E) Integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.

29. Segundo a Portaria MS/GM nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, e suas alterações, que aprova a Política Nacional de Medicamentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de descentralização da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais exige os gestores federal e estadual da responsabilidade relativa à aquisição e distribuição de medicamentos em situações especiais.
- (B) As ações de vigilância sanitária, como o registro de medicamentos e autorização do funcionamento de empresas, serão gradualmente descentralizadas e transferidas à responsabilidade executiva direta de estados e municípios.
- (C) Os produtos para tratamento de doenças que configuram problemas de saúde pública, que atingem ou põem em risco as coletividades, deverão ser adquiridos e distribuídos de forma descentralizada.
- (D) Serão estimuladas medidas de apoio ao desenvolvimento de tecnologia de produção de fármacos, exigindo uma ação articulada dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, entre outros, bem como a permanente cooperação técnica com organismos e agências internacionais.
- (E) Medicamentos essenciais são definidos como medicamentos empregados no tratamento de doenças crônicas e/ou degenerativas, utilizados continuamente.

30. Em casos de intoxicação exógena, a utilização de antídotos constitui importante estratégia terapêutica, podendo atuar por antagonismo farmacológico, quelação ou neurolização química do agente tóxico.

Considerando os principais antídotos empregados na prática clínica, assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre o agente tóxico e seu respectivo antídoto.

- (A) Cianeto e deferoxamina.
- (B) Oxiconona e flumazenil.
- (C) Ferro e EDTA.
- (D) Paracetamol e acetilcisteína.
- (E) Diazepam e naloxona.

31. Os efeitos farmacológicos dos fármacos dependem de suas interações com receptores específicos.

Com base em conceitos de farmacodinâmica, assinale a alternativa correta.

- (A) A afinidade de um fármaco por seu receptor e sua atividade intrínseca estão relacionadas à sua estrutura química.
- (B) O antagonismo não competitivo pode ser produzido por um antagonista alostérico, que se liga ao mesmo sítio receptor ocupado pelo agonista primário, e, desse modo, altera a eficácia do receptor pelo agonista.
- (C) Na presença de um agonista pleno, os agonistas parciais e inversos comportam-se como antagonistas não competitivos.
- (D) Fármacos que atuam como antagonistas apresentam eficácia negativa, pois promovem o bloqueio do receptor e reduzem sua afinidade pelos agonistas endógenos.
- (E) Quando dois fármacos produzem respostas equivalentes, aquele cuja curva de dose-resposta está deslocada para a direita apresenta maior potência, pois necessita de menor concentração para atingir o efeito máximo.

32. As alterações fisiológicas associadas ao envelhecimento podem modificar de forma significativa a farmacocinética e a farmacodinâmica dos medicamentos, exigindo atenção especial quanto à efetividade e à segurança terapêutica nessa população.

Considerando essas alterações, assinale a alternativa correta.

- (A) Como consequência da redução do pH estomacal, ocorre aumento na absorção de alguns fármacos que dependem de ambiente ácido, como o ferro, o que pode acarretar aumento da toxicidade.
- (B) Devido ao aumento do volume de água corporal, ocorre aumento do volume de distribuição de fármacos lipossolúveis, favorecendo a sua eliminação.
- (C) Medicamentos pró-fármacos podem apresentar aumento da taxa de ativação em decorrência do aumento do fluxo sanguíneo hepático, com consequente aumento da eliminação do fármaco.
- (D) Em decorrência da redução da taxa de filtração glomerular, ocorre aumento do tempo de meia-vida para fármacos excretados pela via renal, retardando sua eliminação.
- (E) Devido à diminuição da sensibilidade a antidepressivos tricíclicos e antiinflamatórios não esteroidais, a população idosa requer doses maiores desses fármacos.

33. No ciclo da assistência farmacêutica, o gerenciamento de estoques é essencial para garantir a disponibilidade de medicamentos. Nesse contexto, o ponto de pedido corresponde ao nível de estoque em que deve ser iniciada uma nova reposição, considerando o consumo e o estoque de segurança. Em uma central de abastecimento farmacêutico, determinado medicamento apresenta consumo médio diário de 12 unidades e tempo médio de reposição de 75 dias. Devido à variabilidade operacional do fornecimento, adota-se um estoque de segurança equivalente a 25% do consumo previsto durante o período de reposição.

Considerando essas informações, o ponto de pedido desse medicamento, em unidades, é:

- (A) 900
- (B) 1.080
- (C) 1.125
- (D) 1.350
- (E) 1.500

34. O armazenamento adequado dos medicamentos é fundamental para assegurar que cheguem ao paciente com qualidade, preservando sua estabilidade físico-química e microbiológica.

Em relação a essa etapa da assistência farmacêutica, assinale a alternativa correta.

- (A) O dimensionamento da área de armazenamento de uma Central de Abastecimento Farmacêutico pode ser calculado considerando 2 m² por leito hospitalar.
- (B) Os refrigeradores devem dispor de termômetro de máxima e mínima eletrônico, com precisão de $\pm 2,0$ °C, para monitoramento e controle da temperatura, devendo ser calibrados semestralmente.
- (C) A umidade relativa do ar em áreas de armazenamento não deve ultrapassar 50%, sendo recomendada a utilização de desumidificadores em regiões com índices superiores a esse valor.
- (D) Medicamentos não termolábeis podem ser armazenados em refrigerador como prática padrão, sem risco de alteração de sua estabilidade físico-química.
- (E) O sistema FEFO (*first expire, first out* — o primeiro a vencer é o primeiro a sair) é considerado uma estratégia adequada para o controle de validade de medicamentos na Central de Abastecimento Farmacêutico.

35. Nos processos de aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, são adotados diferentes mecanismos de contratação, conforme o objeto e as condições da demanda.

Em relação a essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de aquisição por inexigibilidade de licitação ocorre quando o objeto a ser contratado só pode ser fornecido por produtor, empresa ou representante exclusivo no mercado, inviabilizando a competição entre fornecedores.
- (B) A modalidade de licitação é definida com base no montante financeiro destinado à contratação, sendo os limites de enquadramento estabelecidos por cada órgão ou entidade da Administração Pública, conforme sua estrutura administrativa.
- (C) O sistema de registro de preços poderá ser adotado quando, em licitação realizada há menos de um ano, não houver propostas válidas ou os preços apresentados forem manifestamente superiores aos praticados no mercado, caracterizando licitação fracassada ou deserta.
- (D) A modalidade concurso pode ser adotada para contratação de obras, serviços e compras, permitindo diálogo com licitantes previamente selecionados para desenvolvimento de soluções, com apresentação de proposta final ao término dos diálogos.
- (E) O pregão é a modalidade empregada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza, predominantemente, intelectual, bem como para obras e serviços de engenharia.

36. O uso racional de medicamentos está diretamente relacionado à segurança do paciente, pois contribui para a redução de erros de medicação. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde estabeleceu a Classificação Internacional de Segurança do Paciente, que contempla definições de conceitos-chave relacionadas a incidentes em saúde.

Na situação em que um paciente com histórico conhecido de alergia à penicilina recebe o medicamento e desenvolve urticária generalizada e broncoespasmo, necessitando de intervenção imediata, tem-se um exemplo de

- (A) *near miss*.
- (B) circunstância notificável.
- (C) circunstância não notificável.
- (D) incidente sem lesão.
- (E) evento adverso.

37. Um paciente esteve internado na Unidade de Terapia Intensiva por 12 dias devido à pneumonia associada à ventilação mecânica. Durante a internação, recebeu os seguintes esquemas antimicrobianos: cefepime 2 g a cada 8 horas, nos dias 1 a 6, linezolida 600 mg a cada 12 horas, nos dias 4 a 13, e amicacina 15 mg/kg uma vez ao dia, nos dias 7 a 10.

Com base nesses dados, calcule a métrica DOT (*Days of Therapy* – dias de terapia) total para esse paciente durante o período de internação, e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) 6
- (B) 13
- (C) 20
- (D) 21
- (E) 42

38. De acordo com a Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004, e suas alterações, a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) engloba diversos eixos estratégicos, dentre os quais, é correto afirmar:

- (A) centralização, a nível federal, das ações, com definição das responsabilidades das diferentes instâncias gestoras, de forma pactuada, visando a superação da fragmentação em programas desarticulados.
- (B) a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, inclui, necessariamente, a Assistência Farmacêutica.
- (C) utilização da RENAME, atualizada conforme disponibilidade tecnológica do setor, como instrumento orientador das ações de Assistência Farmacêutica.
- (D) modernização e ampliação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, garantindo a qualidade da produção de medicamentos alopáticos, devendo a produção de fitoterápicos seguir legislação específica.
- (E) construção de uma Política de Vigilância Sanitária que garanta o desenvolvimento de tecnologias que atendam às necessidades de produtos e serviços do SUS.

39. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 724, de 29 de abril de 2022 e suas atualizações, que dispõe sobre o Código de Ética, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções ético-disciplinares, assinale a alternativa que corresponde a um dever do farmacêutico.
- (A) Interagir com os demais profissionais, para garantir a segurança e a eficácia da terapêutica, observado o uso racional de medicamentos.
 - (B) Negar-se a realizar atos farmacêuticos que sejam contrários aos ditames da ciência, da ética e da técnica.
 - (C) Exigir dos profissionais da saúde o cumprimento da legislação sanitária vigente, em especial quanto à legibilidade da prescrição e demais aspectos legais e técnicos.
 - (D) Decidir, justificadamente, sobre a dispensação ou não de qualquer prescrição objetivando a garantia, a segurança e a eficácia da terapêutica.
 - (E) Avaliar a prescrição, decidindo, justificadamente, pela não dispensação ou aviamento.
40. De acordo com a legislação vigente sobre o financiamento da assistência farmacêutica, assinale a alternativa correta.
- (A) A aquisição dos medicamentos clozapina 25 mg e 100 mg, quetiapina 25 mg, 100 mg e 200 mg, e olanzapina 5 mg e 10 mg, na forma de comprimidos, é realizada por meio de processo centralizado pelo Ministério da Saúde.
 - (B) O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica destina-se ao financiamento de ações de controle de endemias, tais como a tuberculose, a hanseníase, a malária, a leishmaniose, a doença de chagas e outras doenças endêmicas de abrangência nacional ou regional.
 - (C) O financiamento para aquisição dos medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica está diretamente relacionado ao Grupo em que se encontram alocados, sendo que os medicamentos pertencentes ao Grupo 2 são financiados pelo Ministério da Saúde.
 - (D) Os recursos financeiros do Ministério da Saúde aplicados no financiamento do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica terão como base a emissão e a aprovação das APAC emitidas pelas Secretarias de Saúde dos Estados, vinculadas à efetiva dispensação do medicamento.
 - (E) As despesas destinadas à aquisição de medicamentos, quando não regulamentado por portaria específica, serão financiadas integralmente pelas Secretarias de Saúde dos Estados e Distrito Federal.
41. De acordo com a legislação que dispõe sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), em especial o Decreto nº 7.508 de 2011, e suas alterações, assinale a alternativa correta.
- (A) O Ministério da Saúde poderá estabelecer regras diferenciadas de acesso a medicamentos integrantes do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.
 - (B) O acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica pressupõe, entre outros critérios, ter a dispensação ocorrido em unidades indicadas pela direção do SUS.
 - (C) O Ministério da Saúde consolidará e publicará as atualizações da RENAME sempre que sejam identificados novos estudos e evidências científicas acerca de medicamentos essenciais.
 - (D) Os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão ter em suas listas de medicamentos apenas os elencados na RENAME.
 - (E) A RENAME compreende a seleção e a padronização de medicamentos e procedimentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.
42. A RDC nº 430, de 8 de outubro de 2020, dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos.
- Com base nessa resolução, assinale a alternativa correta.
- (A) O transporte compartilhado de medicamentos com outras categorias de produtos não é permitido, independentemente da análise de riscos, a fim de evitar contaminação cruzada.
 - (B) Deve ser adotada a alternância de horários, a delimitação da área comum, a codificação por cores ou outros procedimentos para a diminuição do risco de trocas quando não for possível a separação entre as áreas de recebimento e expedição de medicamentos.
 - (C) Cabe à distribuidora a coordenação do recolhimento de medicamentos com possível desvio de qualidade, sendo o detentor do registro comunicado do processo de recolhimento.
 - (D) O fornecimento de medicamentos radiofármacos pode ser realizado por qualquer instituição, desde que esteja cadastrada junto à Autoridade Sanitária.
 - (E) Deve existir uma área destinada ao armazenamento geral de medicamentos, separada de um espaço específico para medicamentos reprovados, vencidos, recolhidos, suspeitos de falsificação ou falsificados, os quais podem ser armazenados juntamente com os medicamentos devolvidos e em quarentena, desde que identificados.

- 43.** De acordo com a RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, e suas alterações, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação, da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, assinale a alternativa correta.
- (A) É atribuição do responsável legal do estabelecimento assegurar as condições necessárias à promoção do uso racional de medicamentos no estabelecimento.
 - (B) É vedada a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais em drogarias, ervanárias e postos de medicamentos, exceto em filiais de uma mesma empresa ou por meio de intermediação entre empresas, sendo permitida a transferência dessas receitas entre estabelecimentos.
 - (C) Os medicamentos isentos de prescrição deverão permanecer ao alcance dos usuários para obtenção por meio de autosserviço, podendo ser dispostos junto aos demais produtos comercializados na área de autosserviço.
 - (D) Os medicamentos sujeitos à prescrição somente podem ser dispensados mediante apresentação da respectiva receita, exceto quando constar nos registros do estabelecimento a aquisição anterior do mesmo medicamento.
 - (E) As farmácias e drogarias poderão utilizar imagens, propaganda, publicidade e promoção de medicamentos de venda sob prescrição médica em seu respectivo sítio eletrônico.
- 44.** De acordo com a Portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 344, de 12 de maio de 1998, e suas atualizações, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, assinale a alternativa que contém apenas substâncias anabolizantes, pertencentes à lista C5.
- (A) Estanozolol, Gestrinona, Nandrolona.
 - (B) Alfaxalona, Clobazam, Trembolona.
 - (C) Hidromorfona, Metandriol, Sufentanila.
 - (D) Anfetamina, Dronabinol, Fenciclidina.
 - (E) Ciclopentolato, Desipramina, Oximetolona.
- 45.** A Notificação de Receita é o documento padronizado, destinado à notificação da prescrição de medicamentos.
- Segundo a Portaria nº 344 de 1998 da ANVISA e suas atualizações, assinale a alternativa correta.
- (A) A Notificação de Receita “A”, para a prescrição dos medicamentos contendo substâncias das listas “A1” “A2” e “A3”, de cor azul, será válida, em todo o Território Nacional, pelo período de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão, para fins de dispensação do medicamento.
 - (B) A Notificação de Receita “B”, de cor amarela, terá validade, em todo o Território Nacional, pelo período de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão, para fins de dispensação do medicamento.
 - (C) A quantidade prescrita de cada substância constante das listas “C1” e “C5”, ou medicamentos que as contenham, ficará limitada a 5 (cinco) ampolas, e, para as demais formas farmacêuticas, a quantidade para o tratamento correspondente a, no máximo, 60 (sessenta) dias.
 - (D) A prescrição de antirretrovirais poderá conter em cada receita, no máximo, 3 (três) substâncias constantes da lista “C4” ou medicamentos que as contenham.
 - (E) A Notificação de Receita Especial para dispensação de medicamentos, que contenham substâncias constantes da lista “C1”, deverá estar acompanhada de “Termo de Consentimento Pós-Informação” fornecido pelos profissionais aos pacientes, alertando-os que o medicamento é pessoal e intransferível, e das suas reações e restrições de uso.
- 46.** Com base na Portaria nº 2.616/1998, que dispõe sobre as diretrizes e normas para a prevenção e o controle das infecções hospitalares, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de infecção hospitalar.
- (A) Infecção manifestada antes de 48 (quarenta e oito) horas da internação, quando associada a procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos, realizados durante esse período.
 - (B) Infecção adquirida após a admissão do paciente e que se manifeste durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou procedimentos hospitalares.
 - (C) Infecção em recém-nascido cuja aquisição por via transplacentária é conhecida ou foi comprovada e que se tornou evidente logo após o nascimento.
 - (D) Infecção associada com complicação ou extensão da infecção já presente na admissão, a menos que haja troca de microrganismos com sinais ou sintomas fortemente sugestivos da aquisição de nova infecção.
 - (E) Infecção diagnosticada em recém-nascido associada à bolsa rota por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.

47. Em relação à Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito de suas atribuições, o farmacêutico presta cuidados à saúde apenas em serviços nos quais haja equipe multiprofissional estruturada, em instituições públicas ou privadas.
- (B) As atribuições clínicas são prerrogativas do farmacêutico registrado no Conselho Regional de Farmácia, sendo permitido seu exercício por farmacêuticos não registrados, desde que sob supervisão.
- (C) É vedado ao farmacêutico a determinação de parâmetros bioquímicos e fisiológicos do paciente para acompanhamento da farmacoterapia ou rastreamento em saúde, sendo sua atuação restrita à coleta de sinais e sintomas por meio de anamnese.
- (D) Cabe ao farmacêutico elaborar uma lista de medicamentos em uso pelo paciente durante os processos de admissão, transferência e alta entre os serviços e níveis de atenção à saúde, com o objetivo de substituir a prescrição médica vigente.
- (E) Cabe ao farmacêutico participar da elaboração, aplicação e atualização de formulários terapêuticos e protocolos clínicos para a utilização de medicamentos e outras tecnologias em saúde.

48. De acordo com a Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999, e suas atualizações, medicamento genérico é definido como: medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua _____, _____ e _____ designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) estabilidade ... ação farmacológica ... biodisponibilidade
- (B) equivalência terapêutica ... pureza ... tolerabilidade
- (C) eficácia ... segurança ... qualidade
- (D) confiabilidade ... inocuidade ... conformidade
- (E) padronização ... desempenho terapêutico ... efetividade

49. De acordo com a Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014, e suas alterações, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, assinale a alternativa correta.

- (A) Ocorrendo a baixa do profissional farmacêutico, obrigam-se os estabelecimentos à contratação de novo farmacêutico, no prazo máximo de quinze dias.
- (B) É permitido ao fiscal farmacêutico ser proprietário ou participar da sociedade em estabelecimentos farmacêuticos.
- (C) As farmácias deverão dispor, para atendimento imediato à população, de medicamentos, vacinas e soros que atendam o perfil epidemiológico de sua região demográfica.
- (D) Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a organizar e manter cadastro atualizado com dados técnico-científicos das drogas, fármacos e medicamentos disponíveis na farmácia.
- (E) É função do proprietário do estabelecimento farmacêutico notificar os órgãos sanitários competentes sobre efeitos colaterais e reações adversas observados durante a prática da farmacovigilância.

50. Em relação à Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 e suas atualizações, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde poderão ser reciclados, desde que sejam previamente desinfetados ou submetidos à redução da carga microbiana.
- (B) É obrigação do empregador arcar com os custos de estudos e pesquisas que visem esclarecer os riscos ao ambiente de trabalho e ao meio ambiente.
- (C) As ações de vigilância à saúde são definidas por meio de normas técnicas, com ampla participação da sociedade civil, as quais deverão ser revisadas a cada 3 (três) anos.
- (D) A notificação à autoridade sanitária sobre quaisquer doenças e agravos à saúde deverá ser realizada somente após a confirmação concreta do fato, não sendo admitidas notificações baseadas em suspeitas.
- (E) As vacinas fornecidas pelo SUS, assim como seus atestados, serão gratuitos, exceto quando aplicadas por estabelecimentos de saúde privados.

RASCUNHO

